

Centrão e Líderes decidem hoje nova tentativa de acordo

BRASÍLIA — Uma reunião do Centrão e, em seguida, um encontro de todos os líderes partidários no gabinete do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, decidirão se a Assembleia encerrará hoje à tarde a votação do seu novo Regimento Interno, que se vem arrastando desde 25 de novembro, ou se a transfere para janeiro. Após reunião ontem com as lideranças, Ulysses disse que desta vez está mais confiante na possibilidade de um acordo.

A iniciativa de se tentar um acordo ontem partiu dos partidos de esquerda, que levaram nova proposta ao Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, e, depois, ao Líder do PDS, Deputado Amaral Netto, que é um dos dirigentes do Centrão. Sairam todos do plenário para o gabinete do Presidente da Constituinte e de lá voltaram com uma proposta de acordo para nova reunião, marcada para hoje. O Centrão, segundo explicou Amaral Netto, vai avaliar hoje em conjunto tal proposta.

Ela consiste na desistência da votação dos cinco destaques de emendas ao Regimento Interno ainda pendentes, permitindo que, como deseja o Centrão, o prazo para apresentação de emendas ao projeto de Carta comece a ser contado no dia 4 de

janeiro. Em contrapartida, o Centrão aceitaria que os destaques para votação em separado de partes do projeto fossem apresentados com as assinaturas de 112 constituintes — e não de 187 como está previsto —, ou então que ficasse garantida uma cota mínima de destaques por partido: dois para os que têm bancada de até 15 constituintes e 12 para os que têm mais de 15 constituintes.

Os partidos de esquerda propuseram ainda que seja garantida uma preferência automática de votação de emendas a cada capítulo, para todos os partidos que tenham mais de 15 constituintes (além da preferência automática para as emendas apresentadas com mais de 280 assinaturas, que foi aprovada pelo Centrão na semana passada). Segundo Ulysses Guimarães, foi exatamente este o ponto que pegou na reunião de ontem. Ele disse que a proposta sobre os destaques ficou "mais ou menos pacífica".

Se houver um acordo hoje, a Assembleia Nacional Constituinte votará simbolicamente a redação final do novo Regimento Interno — desde que estejam presentes 280 constituintes no plenário —, o que permitirá que a partir do dia 20 de janeiro a futura Constituição comece a ser votada.

Só cem parlamentares comparecem ao plenário

Telefoto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — Nas duas sessões que hospedou ontem — uma da Constituinte e outra do Congresso Nacional — o plenário da Câmara esteve quase vazio. Em dois únicos momentos chegou a contar com a presença de cem dos 599 parlamentares que lá deveriam estar: quando era feita uma verificação de quorum na sessão da Constituinte e durante o discurso do Presidente do Congresso para justificar a convocação extraordinária do Poder Legislativo no recesso de fim de ano.

Com menos de 40 constituintes presentes à abertura da sessão da tarde de ontem, o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), pediu verificação de quorum. Ato contínuo, foi registrada a presença de 100 parlamentares, número insuficiente para qualquer votação, que exige o comparecimento de 280. De qualquer maneira a sessão teve continuidade, pois basta a presença de 56 constituintes para que se realize. Iniciada às 14h30m, a sessão foi encerrada às 18h45m, com o registro feito pela Mesa do comparecimento de 252 parlamentares, apesar de no plenário estarem menos de 20.

Mais tarde, os mesmos Deputados e Senadores presentes à verificação de quorum assistiram ao discurso do Presidente do Congresso, Senador



O Senador Fogaça e o Deputado João da Mata no plenário quase vazio

Humberto Lucena, numa sessão solene que marcou o início do período de reuniões extraordinárias. Segundo Lucena, as sessões darão prioridade "às medidas que o Poder Executivo anuncia no campo tributário e às matérias que, ao longo do que seria o recesso parlamentar, ainda possam ser encaminhadas pelo Governo".

Lucena esclareceu esta convocação

extraordinária "não acarretará quaisquer encargos de natureza financeira para a União".

— O Congresso Nacional antecipa-se no cumprimento do seu dever e, dessa forma, contribui decisivamente para que possa se tornar distante a viabilização de novas medidas com a utilização de decretos-lei, cuja eliminação também é um dos objetivos da Constituinte.

Grupo quer mudar dois títulos inteiros

BRASÍLIA — O Centrão quer alterar os títulos sobre a Ordem Econômica (VII) e a Ordem Social (VIII), que envolvem a maioria dos temas considerados polêmicos em discussão na Constituinte. As demais modificações que o grupo pretende fazer no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização serão apresentadas através de emendas a capítulos ou artigos, como no caso das Disposições Transitórias. Os coordenadores do Centrão reúnem-se ainda esta semana para as deliberações finais sobre as propostas a serem definidas em plenário.

Segundo o coordenador de emendas do Centrão, Deputado José Lins (PFL-CE), se ficar definido o período de 4 a 11 de janeiro como prazo para apresentação das novas emendas, o grupo iniciará nos próximos dias verdadeira corrida contra o tempo, pois terá de reunir as 280 assinaturas necessárias à obtenção da preferência automática das suas propostas, de acordo com o que prevê o novo Regimento. Ele acredita que, apesar do período de Natal e Ano Novo, o Centrão conseguirá as preferências, já que está unido em torno dos princípios fundamentais da defesa da livre iniciativa.

No Título VII — Da Ordem Econômica — estão incluídos os artigos relativos aos princípios gerais da economia, à intervenção do Estado, ao regime de propriedade do subsolo e à atividade econômica. Também estão nesse título a Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária e o Sistema Financeiro Nacional.

No Título VIII — Da Ordem Social — inserem-se os seguintes capítulos: Da Seguridade Social, Da Saúde, Da Previdência Social, Da Assistência Social, Da Educação, Cultura e Desporto, Da Ciência e Tecnologia, Da Comunicação, Do Meio-Ambiente, Da Família, Da Criança, dos Adoles-

cente, Do Idoso e Dos Índios.

De acordo com José Lins, o grupo vai apresentar ainda emendas aos capítulos Dos Direitos Individuais e Coletivos e Dos Direitos Sociais — no Título II sobre Direitos e Liberdades Fundamentais. E emendas aos capítulos da União e Organização Político-administrativa do Estado, no Título III, sobre a Organização do Estado. Os demais títulos merecerão poucas alterações, todas de artigos. As emendas às Disposições Transitórias também serão feitas por artigos, já que as alterações obedecerão às modificações que o grupo conseguir introduzir nos respectivos títulos ou capítulos.

José Lins disse que o grupo vem conseguindo manter um bom nível de entendimento e coesão. Nas questões relacionadas como as mais polêmicas, por exemplo, afirma o coordenador de emendas do Centrão, existe consenso entre os seus integrantes. São os casos da estabilidade no emprego, que será substituída pela indenização compulsória proporcional ao tempo de serviço, e da licença-gestante, que o grupo pensa em fixar em 90 dias ou em enviar para a legislação ordinária.

Na definição de empresa nacional deverá prevalecer o texto aprovado pela Comissão da Ordem Econômica, o mesmo da Lei das S/A. E quanto à imprescritibilidade para as causas trabalhistas o grupo pretende sugerir o mesmo prazo atual, que é de dois anos. A Reforma Agrária — adiantou ainda José Lins — deve ficar como está no atual projeto e a jornada de trabalho também ficará para a legislação ordinária, pela proposta do Centrão.

Com a possibilidade de apresentar emendas a título, o grupo deverá apresentar um máximo de 40 pedidos de destaque.

Peemedebistas se dispõem a negociar

BRASÍLIA — A manutenção da jornada de trabalho de 44 horas semanais e a remessa da questão da estabilidade para a legislação complementar — garantida a proibição da demissão imotivada no texto da Carta — são alguns dos pontos que um grupo de parlamentares do PMDB, reunido em torno da Presidência do partido, tende a defender nas negociações para votação do projeto de Constituição, informou ontem o Deputado Antonio Britto (RS). Segundo ele, o grupo se inclina, também, a considerar que a nacionalização da distribuição do petróleo situa-se em uma área não essencial, podendo, portanto, ser reexaminada.

O grupo de parlamentares peemedebistas, que começou a se reunir ontem, na residência do Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, é formado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, pelos líderes do partido na Constituinte, na Câmara e no Senado, Mário Covas, Ibsen Pinheiro e Fernando Henrique Cardoso, pelo Senador José Richa e pelos Deputados Euclides Scalco, Antonio Britto, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Egidio Ferreira Lima e Artur da Távola. Seu objetivo é o de definir uma proposta em relação a cada ponto polêmico do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Segundo Antonio Britto, a tendência do grupo, numa avaliação inicial, é buscar, para a questão da imprescritibilidade das reivindicações trabalhistas, uma fórmula intermediária entre o período concedido ao trabalhador urbano e o rural; e manter a licença de 120 dias para a

gestante, período considerado médio entre a proposta patronal de manutenção dos atuais 90 dias e a de setes trabalhistas, de 150 dias.

O valor da hora extra, estipulado em 100% da hora normal pelo substitutivo, merece, segundo Britto, um reexame, de forma a garantir um mínimo de remuneração, deixando à lei complementar e a convenções coletivas a fixação de acréscimos.

O texto relativo à greve foi considerado equilibrado pelo Deputado, assim como o da reforma agrária que, no seu entender, refletem a posição de 90% da Constituinte.

Antonio Britto disse que as disposições do projeto da Comissão de Sistematização sobre empresa nacional "foram alcançadas com muita dificuldade e através de fórmula extremamente criativa, que conta com o apoio de setores liberais e até conservadores, não devendo ser alteradas". O mesmo, segundo ele, ocorre relativamente à distribuição dos recursos para a educação e ao capítulo sobre a saúde.

Ele acredita, entretanto, que o grupo de parlamentares do PMDB tende a rever o pagamento do salário integral aos aposentados, por entender que, sem a fixação de parâmetros, a medida permitiria que "marajás" recebessem proventos muito superiores aos seus salários de contribuição.

O Deputado defendeu a imprescritibilidade e inafiançabilidade dos crimes de tráfico de droga e terrorismo e condenou a obrigatoriedade de que as empresas contratem um percentual de funcionários com mais de 45 anos.